

CRUZAR FRONTEIRAS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA II OFICINAS LUSO-AFRO-BRASILEIRAS

COORD.
LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES

Título: *Cruzar Fronteiras sobre o Ensino de História: II Oficinas Luso-Afro-Brasileiras*

Coordenação: Luís Alberto Marques Alves

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Imagem da capa: Sílvia Araújo

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8970-01-5

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-01-5/cruz>

Porto, dezembro de 2018

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

HISTÓRIA LOCAL E EDUCAÇÃO HISTÓRICA: A APROXIMAÇÃO DOS ALUNOS AO PASSADO DA SUA TERRA...

SÍLVIA ISABEL BROCHADO ARAÚJO*

1. TRABALHAR A HISTÓRIA LOCAL EM SALA DE AULA... PORQUE NÃO?

Nos dias que correm a História pode tender a ser encarada pelos alunos como uma disciplina demasiado expositiva, com conteúdos muito descritivos... Não raras vezes os alunos questionam a utilidade da História nas suas vidas, no seu quotidiano. Os conteúdos abordados nas aulas por vezes podem tornar-se distantes, longínquos, inúteis. Cabe-nos a nós, professores, tentar estabelecer um diálogo profícuo entre o processo ensino-aprendizagem e utilidade dos conhecimentos no dia a dia. Ora, aqui, a História local tem uma palavra a dizer. Tal como nos mostra Selva Fonseca,

O meio no qual vivemos traz marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o quotidiano como locais de memória são construtivos, ricos de possibilidades educativas, formativas¹.

Porque não utilizar esses reservatórios de memória, próximos dos alunos, como forma de abordagem de determinados conteúdos? Porque não fomentar a História local

* Mestre em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ FONSECA, 2006: 127.

não só como meio para atingir o conhecimento histórico, mas também como forma de formarmos jovens mais conscientes e críticos acerca do seu meio envolvente? São estas e muitas mais questões que podemos levantar quando se colocam em cima da mesa as potencialidades do *local* no ensino da História.

As vantagens da História local são muitas. No entanto, o professor tem um papel fundamental para que tudo funcione. Construir e explorar o passado através dos exemplos mais próximos dos alunos, requer do docente uma série de exigências, desde logo, no que diz respeito à seleção dos conteúdos a trabalhar e dos recursos a explorar. Requer igualmente uma enorme capacidade e sensibilidade para dar sentido e significado àquilo que ministra. Isto é, o docente deve ultrapassar a figura de mero «transmissor» de informações, para passar a ser um agente ativo em sala de aula, um agente que desenvolve a habilidade de criar ou fortalecer no discente o seu pensamento histórico e a sua análise da realidade social.

Quando aplicada ao contexto de sala de aula, a História local pode trazer muito mais apreço e motivação aos alunos, não só porque falam e trabalham sobre elementos passados da sua terra, mas também porque depois de certa forma se sentem mais capacitados em dar resposta a questões que até então não viam respondidas.

2. A HISTÓRIA LOCAL NOS CURRÍCULOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

Foi em grande parte graças a Alexandre Herculano, grande defensor do municipalismo, que finalmente se ganhou a consciência de que a História de um país não se faz sem a História dos pequenos lugares. Foi sobretudo com a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica* que as câmaras municipais se começaram a organizar em torno do seu passado, «através da recolha e publicação nos Anais do Município de documentos e notícias relevantes»². Este contributo foi importantíssimo, tal como tinham sido as *Memórias Paroquiais* organizadas pelo Padre Luís Cardoso, publicadas em 1758, para a investigação e produção de trabalhos sobre a História local. No entanto, foi preciso chegarmos aos anos de 1970, para que a História local ganhasse o seu lugar em Portugal.

Atualmente, ao contrário do que se possa pensar, os currículos escolares estão repletos de oportunidades que os professores podem desenvolver nesta temática. Uma análise atenta aos programas curriculares do Ensino Básico e Secundário permite-nos tecer algumas considerações relevantes.

Em relação ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, nas metas curriculares em vigor, há uma clara valorização da História local em sala de aula: «Na abordagem dos conteúdos definidos nas metas curriculares de História, os professores devem, igualmente, dar relevância à abordagem regional e/ou local aquando do tratamento do processo histórico»³,

² PEREIRA, 2012: 24, 25.

³ PORTUGAL, [s.d.]: 3.

tal como no Programa de História que, num dos pontos dos objetivos gerais, estipula que o aluno deve «interessar-se pela construção da consciência europeia, valorizando a identidade cultural da sua região e do seu país»⁴.

Desta feita, promove-se especialmente a organização de *dossiers* sobre temas de História regional e local e a troca de correspondência com alunos de outras regiões sobre temáticas locais.

No 7.º ano, são dadas orientações específicas de conteúdos onde é possível que o professor explore a História local, é o caso do Império Romano, onde se propõe:

*uma especial atenção aos vestígios da presença romana na Península e em Portugal, particularmente na região em que a escola se insere, sendo de encorajar a troca de materiais (fotografias, relatos de visitas de trabalho) com escolas de outras regiões e eventualmente de outros países [...]*⁵.

Ainda assim, as sugestões metodológicas surgem em maior número quando chegamos aos conteúdos relativos à Época Medieval: «organização pelos alunos [...] de *dossiers* e exposições a nível de escola sobre aspetos da história local: núcleos urbanos medievais, funcionamento do poder municipal no passado e no presente, feiras e mercados, etc. [...]»⁶.

Também no 8.º ano encontramos propostas de exploração interessantes. Surgem-nos, por exemplo, a toponímia, como um potencial recurso no que se refere ao tratamento do tema das revoluções liberais («a recolha de testemunhos de tradição popular e da toponímia sobre as invasões francesas e a guerra civil em Portugal»⁷). A toponímia volta a ser uma estratégia mencionada nas orientações para o 9.º ano.

Nas diretrizes para o 9.º ano continua a evidenciar-se a valorização das identidades regionais, mantendo-se a menção ao estudo dos nomes dos lugares como forma de exploração histórica: «pesquisa pelos alunos de topónimos evocativos de figuras e factos da 1.ª República, na localidade onde a escola se situa ou na cidade mais próxima»⁸. Neste ponto, uma vez que os conteúdos programáticos assim o permitem, também se busca a análise em torno da História oral «recolha pelos alunos, entre os familiares mais velhos, de testemunhos orais sobre o salazarismo e as suas instituições (Mocidade e Legião Portuguesa, polícia política, etc.) [...]»⁹.

De facto, tal como nos mostra o programa com alusão à toponímia e à História oral, são várias as estratégias que podemos encontrar no trabalho com temáticas locais

⁴ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: II, 13.

⁵ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: II, 23.

⁶ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: II, 32.

⁷ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: II, 54.

⁸ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: II, 67.

⁹ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: II, 72.

em contexto educativo, que podem ir ter a outras áreas do saber, como a arqueologia, etnologia, paleografia, entre muitas outras.

Voltando a nossa atenção para o Ensino Secundário, conseguimos perceber que é a disciplina de História A que menos sugestões metodológicas apresenta, deixando ao critério dos professores e das escolas essa questão:

Não foram individualizados conteúdos de história local, mas foram apontadas articulações possíveis, no âmbito das situações de aprendizagem sugeridas, cuja concretização é deixada ao critério dos professores e das escolas¹⁰.

Em sentido contrário vão os programas de História B, História C e História das Artes.

O primeiro, dirigido aos cursos de Ciências Socioeconómicas, estipula nos seus objetivos uma clara interação entre os vários campos da História e dos níveis de integração espacial, do local ao periférico. O programa desta disciplina considera pertinente «que a Escola dinamize a formação de um centro de documentação de história local e regional»¹¹, valorizando também as visitas de estudo preferencialmente a monumentos locais (verifica-se isto quando se chega ao conteúdo programático do Barroco).

Com diretrizes muito próprias, destinadas aos cursos tecnológicos de Ação Social, de Documentação e Turismo, o programa de História C sugere, tal como outros, a formação de um centro de documentação local na escola, mas vai mais longe. São dadas orientações do tipo de documentação passível de ser explorada:

Publicações periódicas empenhadas no estudo, divulgação e valorização da história e do património, no âmbito local e regional.

Reproduções de artigos diversos de publicações periódicas, antigas ou atuais, regionais ou nacionais, relativas a factos e a realidades do passado local.

Documentos escritos e iconográficos originais ou cópias, relacionados com os múltiplos aspetos da vida local (gravuras e fotografias antigas, postais ilustrados, programas de festividades e espetáculos...) [...].

Registos sonoros, fotográficos ou em vídeo produzidos pela escola ou entidades locais (entrevistas ou histórias de vida, diapositivos e videogramas sobre a história e bens patrimoniais da região) [...]¹².

O programa da disciplina de História das Artes (leccionada nos cursos tecnológicos de Equipamento, de Multimédia e de Produção Audiovisual), por seu turno, faz

¹⁰ MENDES, 2004: 6.

¹¹ MENDES, 2001: 7.

¹² RODRIGUES, 2001: 21.

questão de salientar o contato direto com as fontes, nomeadamente com obras de arte. Destaca-se a consulta de imprensa escrita, nomeadamente jornais locais, mas também a inventariação de sítios arqueológicos do concelho em que a escola de insere, investigando bibliografia sobre esses sítios. Apenas o 12.º ano fica isento de referências à História local.

Finalmente, as orientações para disciplina de História da Cultura e das Artes, sublinham a importância das saídas de campo, o contato com obras de arte e espaços envolventes ao espaço escolar.

Finda esta breve análise, conseguimos encontrar nos currículos escolares uma preocupação em dar aos alunos perspetivas globais, sem nunca colocar de parte a sua realidade e o seu meio envolvente. Apercebemo-nos que também o património, com todas as suas potencialidades, surge como possibilidade de aproximação à História local. São valorizados os laços, as identidades, o sentimento de pertença.

3. A EXPLORAÇÃO DE PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E DOCUMENTAL: EXPERIÊNCIAS EM CONTEXTO DE SALA DE AULA... E FORA DELA!

Apesar de constatar-mos todas as vantagens que a História local pode trazer ao ensino de História, pudemos, em contexto letivo, testar alguns desses benefícios. Tivemos a oportunidade de trabalhar a História local em contextos e níveis de ensino diferentes (7.º e 10.º anos) e com conteúdos programáticos também distintos.

Interessamo-nos, numa primeira fase, em entender quais as ideias tácitas dos alunos em relação à História e ao património locais e conseguimos analisá-las através da aplicação de inquéritos por questionário.

Quer os alunos do 7.º ano, quer os do 10.º, não tiveram grandes dúvidas em relação ao significado do primeiro conceito. No entanto, em relação à definição de património, foi interessante para nós percebermos as conceções dos alunos, que estavam muito limitadas.

Grande parte dos inquiridos associava o património especialmente a igrejas, mosteiros, obras de arte e castelos, ou seja, produtos materiais. Poucos foram os alunos que selecionaram como património as festas populares, as cantigas, lendas e tradições. Isto faz-nos refletir sobre a ideia de que os alunos estavam pouco esclarecidos sobre o que é o património imaterial. Os bens patrimoniais, em todas as suas formas, surgem-nos, assim, como preciosos recursos a explorar na sala de aula.

A ideia de património foi evoluindo e tomou contornos de maior importância sobretudo a partir do século XX, com a dinâmica da *Nova História*. Foi fundamentalmente a partir das décadas de 1920 e 1930 que se ampliaram as possibilidades de abordagem em relação ao património, que passou a englobar: «utensílios, hábitos, usos e

costumes, crenças e formas de vida quotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõe a sociedade»¹³.

Neste campo, podemos fazer uma distinção dos vários tipos de património: o património material ou tangível «aquele que tem extensão e ocupa espaço, podendo ainda classificar-se, quanto à sua mobilidade, em bens móveis ou bens imóveis» e património imaterial «constituído pelo conjunto de bens patrimoniais que não têm suporte físico que lhes dê a materialidade e que existem a partir das manifestações efémeras»¹⁴.

Todos os patrimónios revelam em si um grandioso potencial educativo. Se as escolas e os docentes forem capazes de se articular com as autarquias e com o meio envolvente, podem criar-se condições de exploração e educação patrimonial verdadeiramente surpreendentes!

Em contexto escolar, já tivemos a oportunidade de testar algumas experiências bastante enriquecedoras, que vamos destacar de seguida.

Uma das experiências que mais nos marcou foi, sem dúvida alguma, o trabalho realizado em torno da análise documental das *Inquirições Gerais* de 1220 aplicadas ao território de Santa Cruz de Sousa (concelho extinto, cuja sede se situava na atual vila de Vila Meã, Amarante), de onde eram provenientes grande parte dos alunos da turma (do 10.º ano).

Nessa aula estipulamos uma série de objetivos a atingir, entre os quais uma maior aproximação dos alunos à sua terra, ao seu passado mais próximo e um maior contacto com fontes históricas primárias.

A atividade passava por uma análise ao documento (retirado do site da Torre do Tombo¹⁵), onde os alunos deviam descobrir o nome de freguesias lá presentes. O exercício de descoberta foi acompanhado de uma ficha de trabalho onde pretendemos consolidar os conhecimentos dos alunos em relação às *Inquirições Gerais* e ao seu papel como mecanismo de reforço do poder régio¹⁶. Quisemos também explorar as opiniões dos alunos acerca de um documento tão antigo, relacionado com as suas freguesias. Pedimos, então uma breve reflexão: «Refleta sobre a importância de reconhecer o nome das freguesias da sua região num documento histórico do século XIII». Grande parte dos alunos surpreendeu-se pelo facto de os nomes das freguesias se manterem praticamente iguais aos dos dias de hoje:

Ter o nome das freguesias da minha região num documento histórico do século XIII é muito importante e enriquecedor, uma vez que com isto podemos entender como era a zona onde vivemos na Época Medieval. Também para ficarmos a

¹³ BARRETO *apud* CARDOZO & MELO, 2015: 1067.

¹⁴ MENDES, 2015: 5.

¹⁵ Disponível em <<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4182562>>.

¹⁶ Ficha disponível em ANEXOS.

perceber um pouco melhor as nossas origens e o porquê de atualmente as freguesias serem assim.

Ao mesmo tempo, com a sua análise, os alunos mostraram uma enorme sensibilidade e valorização do seu meio envolvente:

A importância é para sabermos que essas freguesias já existiam e eram importantes no século XIII.

É muito importante porque leva-nos a descobrir mais sobre o nosso passado. Por exemplo, o facto de sabermos que o rei se interessou pela nossa freguesia é importante para podermos valorizá-la.

É muito importante pois muitas vezes desvalorizamos a nossa freguesia só por ser um meio rural e não pensamos que muita coisa de importante já se pode ter passado, por isso é que é sempre bom saber o nosso passado.

É importante reconhecer o nome das freguesias da região num documento histórico do século XIII, pois com isso é possível ter uma pequena noção do tempo e da história de cada freguesia e é também uma forma de nos inspirarmos e tentarmos saber mais sobre a nossa freguesia, que apesar de pensarmos que não existe nada demais nela, pode haver um grande legado por descobrir.

Ao reconhecer o nome da nossa região num documento histórico passamos a dar mais valor à mesma, pois percebemos que não fomos ignorados e que em algum momento fomos relevantes para alguém ou algo fazendo-nos olhar para a nossa região com outros olhos.

Com este trabalho, que incidiu sobre análise de um documento que faz parte da História local dos alunos teve imensas vantagens. De entre outras, podemos destacar o uso de fontes muitas vezes não utilizadas em sala de aula, o suscitar a surpresa dos alunos por encontrarem nomes de locais tão seus conhecidos em documentação tão remota e despertar o sentimento de pertença e valorização da localidade. Ao mesmo tempo, pensamos ter contribuído para uma melhor compreensão dos conteúdos programáticos, de uma forma mais motivadora. Este último aspeto, o da motivação, foi evidente no decorrer de toda a aula, onde os alunos mostraram um permanente empenho e satisfação com a atividade.

De salientar que esta atividade foi desenvolvida no contexto da disciplina de História A cujo programa, como já vimos, não dá grandes sugestões metodológicas em relação à exploração da História local. Ainda assim, foi possível desenvolver uma atividade

interessante e extremamente rica, o que prova que só depende mesmo do professor a criação de momentos onde é possível potencializar temáticas como esta.

Outra intervenção pedagógica de onde retiramos resultados muito satisfatórios foi o tratamento da arte românica fora da sala de aula, com uma visita de estudo a um mosteiro medieval da zona envolvente à escola (o mosteiro de S. Salvador de Travanca). Esta experiência foi também levada a cabo com a turma do 10.º ano.

O nosso propósito foi desde sempre tornar a visita de estudo muito mais que um mero passeio. A nossa intenção foi sobretudo criar situações de aprendizagem que incitassem os estudantes à exploração, curiosidade, compreensão e atribuição de significado a um monumento histórico da sua localidade.

Esta visita contou com o contributo de todos os envolvidos: da escola, que aceitou desenvolver a atividade, da Câmara Municipal, que disponibilizou o autocarro gratuito e das autoridades locais, que permitiram o acesso ao interior do mosteiro.

O planeamento passou por uma espécie de visita guiada feita pela professora, o que exigiu uma enorme preparação científica. Pensamos que a descoberta do mosteiro, tendo sido feita pela «mão» da sua professora da História e não de um guia, fez com que os alunos se identificassem ainda mais com a atividade.

A visita decorreu por etapas, começando por uma contextualização temporal e espacial, com uma referência à Rota do Românico (rota da qual faz parte o mosteiro de Travanca) e posteriormente, uma análise arquitetónica ao exterior e ao interior do mosteiro.

Mediante as respostas dos alunos sobre o que mais gostaram da visita, grande parte salientou a análise aos capitéis da Igreja. Este pormenor surpreendeu-nos, na medida em que alguns alunos reconheceram que já tinham visitado várias vezes o mosteiro, mas nunca tinham refletido sobre o significado daquelas figuras esculpidas na pedra. Destacaram, por isso, os conhecimentos que obtiveram nessa aula. Ficamos com a certeza de ter levado aqueles alunos a atribuírem significado histórico ao que analisamos. Eis algumas respostas que retiramos da ficha de avaliação da visita onde, entre outras questões, perguntamos o que mais gostaram de descobrir:

O que simbolizava cada capitel.

As figuras simbólicas que constituem os capitéis.

Gostei muito de saber o que é que significavam as cobras esculpidas nos capitéis.

De descobrir o que significam as figuras nos capitéis. Já as tinha visto, mas não sabia o que significavam. Agora já sei.

De saber que as figuras dos capitéis estão ligadas às crenças das pessoas no passado.

Todos os alunos que participaram na visita, sem exceção, apreciaram a aula, mostrando o seu agrado pelo facto de a abordagem aos conteúdos ter sido feita de forma diferente, fora das tradicionais quatro paredes, podendo ter contactado diretamente com o monumento, tocar nas pedras, erguidas há tantos séculos atrás...

A maior facilidade na compreensão dos conteúdos relacionados com a arte medieval foi outro ponto evidenciado pelos alunos:

Fiquei a saber mais e entender a arquitetura românica.

Tirei todas as dúvidas sobre a arquitetura românica.

Falamos sobre tudo o que diz respeito ao Românico e aprendi muito.

Assim aprendemos melhor a matéria.

Aprendi mais e de forma mais interessante sobre o Românico.

A motivação e, mais uma vez, a valorização do passado local relacionado, desta feita, não com um documento, mas com um monumento, também esteve presente:

Nunca pensei que o mosteiro fosse tão interessante.

Passei a dar mais valor ao que está no Mosteiro.

Aprendi a ver este mosteiro de forma diferente.

[esta visita] Fez-me olhar para o património com outros olhos.

Aprendemos a História do mosteiro e assim valorizámo-lo mais.

Depois de saber história do mosteiro, fez-me vê-lo de outra maneira.

Aprendi a ver o mosteiro de forma diferente, de forma mais histórica.

Agora sempre que passar pelo mosteiro vou saber o que significa cada espaço.

Ensinou-me a olhar para o mosteiro com outros olhos.

Apesar de grande parte do nosso trabalho se ter desenvolvido em torno de uma turma do Ensino Secundário, trabalhámos também com o 3.º ciclo, com duas turmas do 7.º ano.

Na impossibilidade de realizar uma segunda visita de estudo ao mosteiro, e pela dificuldade em explorar um documento como as *Inquirições Gerais* junto de alunos tão novos, propusemo-nos a enveredar pela via da sensibilização patrimonial.

Dessa maneira, após uma aula sobre a arte românica onde utilizamos uma visita virtual ao Mosteiro de Travanca¹⁷, pedimos aos alunos um exercício em forma de ficha de trabalho. Nesse exercício, os alunos deveriam imaginar uma situação em que assistiam a um ato de vandalismo por parte de uma figura fictícia (o António) contra o mosteiro. Deveriam, depois, escrever-lhe uma carta, de forma a mostrar-lhe que a sua atitude foi incorreta¹⁸. O objetivo foi levar os alunos à mobilização de argumentos a favor da conservação e preservação do património, ao mesmo tempo que os colocamos a fazer um verdadeiro exercício de cidadania.

Para surpresa nossa, estes alunos, apesar de muito jovens, já revelaram grande consciência patrimonial. Encontramos nas suas cartas indícios de uma enorme consideração e respeito pelo património. Os alunos mobilizaram ainda conhecimentos aprendidos em sala de aula sobre o mosteiro, no sentido de fundamentarem o seu discurso:

Imagina só o trabalho que tiveram ao construir e ao mantê-lo intacto [...] Nunca mais vezes a fazer pois pode causar várias consequências.

O mosteiro faz parte do Património Nacional e por isso tem como direito ser protegido por nós portugueses. Pela tua atitude, acho que não tens qualquer conhecimento sobre este monumento tão importante nacionalmente.

O mosteiro de Travanca foi classificado como Património Nacional, em 1916, e penso que é errado estares a vandalizar isso porque é muito importante para Portugal. Os vestígios do passado fazem-nos entender melhor o passado e acho que não deves desrespeitar isso.

O mosteiro de Travanca existe desde a Idade Média e pode durar muito mais tempo se o preservarmos. Foi classificado como património nacional em 1916 e danificá-lo é crime.

Estou muito desiludido contigo porque hoje te vi a danificar o mosteiro de Travanca, Património Nacional... Numa das aulas de História ensinaram-me a preservar monumentos de Património Nacional ou Mundial. Património é uma herança.

Venho por este meio informar que o que tu fizeste na Igreja de Travanca foi vandalismo, sabias?

O argumento mais utilizado pelos alunos para chamar a atenção para a necessidade de conservação foi a antiguidade de monumento:

¹⁷ Disponível em <http://www.rotadoromanico.com/tour/index.html?idioma=pt&monumento=scene_%20travanca_ext#!p=50&v=0>.

¹⁸ Ficha de trabalho disponível em ANEXOS.

O mosteiro de Travanca já é muito antigo, fazes ideia de quanto antigo é o mosteiro de Travanca? Foi construído no século XIII!

O Mosteiro tem partes históricas da Idade Média, gravuras bem bonitas, que foram feitas no século XIII e ao lado tem uma torre feita no século XIV.

O mosteiro de Travanca é Património Histórico da Idade Média, ele foi construído no século XIII.

Estou a escrever-te esta carta para te chamar à atenção pelo que fizeste no mosteiro de Travanca e dizer-te que não achei bem. Eu não acho bem porque foi feito pelos nossos antepassados no ano de 1050 e temos de ter respeito pelo esforço em construí-lo.

O mosteiro de Travanca é um monumento muito antigo que começou a ser construído no ano de 1050 e foi habitado por monges. O mosteiro é Património nacional e precisamos todos mesmo de o conservar.

Como vimos, a abordagem ao Mosteiro de Travanca foi diferente. No secundário, os alunos contactaram *in loco* com o monumento, no 3.º ciclo, os alunos beneficiaram de uma visita virtual, mas ainda assim, os aspetos realçados pelos alunos do 7.º ano foram praticamente os mesmos que os do 10.º. Uma das coisas que mais os marcou foi a análise arquitetónica e todas as curiosidades em torno dos capitéis. Senão vejamos:

Na Idade Média os povos construíram monumentos com características nos capitéis, colunas, arcos quebrados. Tens que entender que isto não é para danificar. Não sei se reparaste nos capitéis, nas cobras, sereias, pássaros e diabos. Não te esqueças que isto é um monumento vindo de antepassados.

Aquelas cobras, sereias e pássaros esculpidos eram para ensinar a população analfabeta a não pecar. Aprendi isto e muito mais na aula de História.

O mosteiro que estavas a pintar é muito importante, tem várias coisas que te vais impressionar quando te disser o que tem: arcos quebrados, os capitéis, as janelas quase que parecem ranhuras e os desenhos que estão representados nos capitéis como as sereias, as serpentes, que representavam o mal, mas também o cordeiro, que representava Jesus. Tudo o que está dentro do mosteiro também deve ser preservado porque também são vestígios do nosso passado.

As esculturas são muito bonitas e tem muito significado, tem cobras, sereias e diabos que simbolizavam o mal.

Tem esculturas como cobras, sereias, folhas de vide... para as pessoas aprenderem as lições da igreja, porque não sabiam ler. O nosso património é muito importante.

Também estes alunos conseguiram atribuir um significado histórico àquilo que viram e trabalharam.

A sensibilidade para as questões patrimoniais foi notada na preocupação que estes alunos mostraram em relação às gerações futuras:

É um dever preservá-lo para as gerações futuras para elas poderem apreciá-lo.

Os vestígios do passado serão importantes para o nosso futuro pois ao sabermos o passado adquirimos conhecimento para o futuro.

Deve ser passado às gerações futuras sem ser destruído ou maltratado.

Temos que preservar este belo mosteiro para que as futuras gerações possam admirá-lo, a este e a outros que existem por todo o mundo.

Se tu continuares a destruir o Mosteiro de Travanca, as pessoas futuras não poderão saber a sua história, o que seria muito mau e desagradável, pois não poderiam saber a história da sua terra.

Não podes danificar nem destruir tudo, depois pode não dar para reconstruir e os nossos filhos não saberão como era o mosteiro. Se tu o destruíres os diabinhos, as cobras, sereias, já mais ninguém saberia que aquilo tinha existido e conhecido como Património Nacional.

Também temos de conservá-lo bem para que as gerações futuras saibam mais sobre a nossa região.

Reconhecemos que este exercício, como os outros, traduziu-se naquilo a que chamamos experiências de Educação Patrimonial, na medida em que educamos através do património. Este tipo de trabalho, em torno dos bens patrimoniais locais, é fundamental, visto que

a falta de sintonia ou elo afetivo entre o morador e o seu local de moradia torna esse indivíduo mais propenso a degradar e a não reconhecer o que é seu do que aquele indivíduo que gosta e vivencia os acontecimentos e as memórias do lugar onde mora¹⁹.

Assim sendo, admitimos que só o conhecimento e apropriação do património pelos alunos e pela comunidade envolvente podem levar ao fortalecimento das identidades,

¹⁹ FARIA & WOORTMANN, 2009: 62.

dos laços de pertença e da cidadania. Estes tipos de intervenções podem contribuir para o efeito.

Com os alunos do 10.º ano, depois das intervenções sobre a História local, tivemos a necessidade de saber qual a visão global dos alunos em relação às mesmas. Para tal, pedimos que respondessem à seguinte questão: «Sentes que agora, depois das aulas e da visita, dás outro valor a esses vestígios do passado? Justifica a tua posição». Os resultados foram muito positivos:

Sim porque consegui perceber a história e património da minha região e o que se passou em tempos antigos. Percebi que a minha região tem muito valor patrimonial.

Sem dúvida que o meu ponto de vista em relação aos vestígios do passado alterou.

Ajudou-me a refletir sobre o Património histórico que nos rodeia.

Sim, porque agora sei como posso contribuir para a conservação do Património e até dar mais importância ao património existente.

Concordo que agora tenho outro olhar sobre os vestígios do passado, permitiui-me ver a importância que eles podem ter na minha vida e na dos outros.

Depois destas aulas e da visita fiquei a perceber melhor a importância dos vestígios do passado que estão presentes na minha região.

Sim dou, após estas aulas e a visita que fizemos acho que todos ficamos a olhar para estes vestígios de forma diferente e passamos a dar mais valor, porque afinal de contas, fazem parte de toda a nossa história e é algo nosso algo que deveríamos cuidar mais e não destruir como alguns fazem.

Praticamente todos os alunos afirmaram olhar para o seu património e para o passado da sua região com «outros olhos». Esperemos ter contribuído para que estes «outros olhos» sejam mais atentos e responsáveis, no que à História e ao mundo diz respeito.

4. CONCLUSÃO

Viver e ensinar num meio rural coloca-nos desafios interessantes. Obriga-nos, por um lado, a ver a vida e o que nos rodeia com mais calma e atenção, mas obriga-nos também, enquanto professores, a desmistificar a ideia dos «pequenos lugares», encarados por muitos alunos como espaços menores. O grande desafio é levar os alunos a ver como grande a sua terra, ver como grande e significativo esse passado, essa História,

essas memórias. Esse foi o aliciante projeto que nos levou a desenvolver atividades como aquelas que já tivemos a oportunidade de expor.

Como professores, devemos estar permanentemente atentos aos programas curriculares e às propostas cada vez mais frequentes que os manuais escolares colocam à nossa disposição em relação a este tema.

Devemos descortinar espaços de exploração do local, sem cairmos no erro, porém, de os considerar estanques. É importante potenciar os conhecimentos e fascínio pelo passado da localidade, enquadrando-os no global, não os isolando do mundo.

O que apresentamos aqui foram algumas intervenções adaptadas às turmas que tivemos, dentro de muitas outras possibilidades que poderíamos ter explorado. O património foi um dos instrumentos de trabalho.

O património, melhor dizendo, os patrimónios, são grandes aliados da História local. São aliados não só porque permitem uma maior aproximação e motivação nos alunos, mas também porque nos permitem desenvolver neles ideias ligadas à cidadania.

Não raras vezes vemos explanadas nas Convenções e Colóquios patrimoniais o desejo de despertar nos jovens a sensibilidade para a conservação e preservação. Sentimo-nos, por isso, muito satisfeitos por ter contribuído, dentro e fora da sala de aula, para alimentar estas questões.

Findamos a nossa análise com a certeza de que há ainda muito a fazer no sentido de tentarmos fazer «grandes» os «pequenos» lugares. Quando falamos em «grandes» não nos referimos à ambição de os tornarmos conhecidos de todos, mas à ambição de os tornarmos conhecidos dos alunos com quem todos os dias nos cruzamos e a quem aqueles lugares realmente dizem algo. Até porque, por eles e pela sua elevação enquanto seres humanos e agentes históricos no seu espaço envolvente, tudo vale a pena.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOZO, Poliana Fabíula; MELO, Alessandro (2015) — *Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial*. «Educação e Sociedade», vol. 36, n.º 133, p. 1059-1075.
- FARIA, N.; WOORTMANN, E. (2009) — *A Educação Patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco*. «Revista Hospitalidade», vol. VI, n.º 2). Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9503/1/ARTIGO_EducacaoPatrimonialElemento.pdf>.
- FONSECA, S. (2006) — *História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História*. «Revista História Oral», vol. 9, n.º 2. Disponível em <<http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=193&path%5B%5D=197>>.
- MENDES, C., coord. (2001) — *Programa de História B (10.º ano). Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas*. Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_b_10.pdf>.
- (2004) — *Programa de História A do Ensino Secundário. Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas*. Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/Recorrente/historia_a_10_11_12.pdf>.

- MENDES, J. (2015) — *Revisitando o património: dar um futuro ao passado. O Património: Dar um futuro ao passado*. Lisboa: Santillana. Guia do Professor.
- PEREIRA, M. (2012) — *História Local e Regional – Singularidades de uma História plural*. In FARIAS, S.; LEAL, M., orgs. — *História Regional e Local II – o plural e o singular em debate*. S. Salvador da Baía: EDUNEB.
- PIMENTEL, A., coord. (2004) — *Programa de História da Cultura e das Artes. Cursos Científico-Humanísticos de Artes Visuais e de Línguas e Literaturas (11.º e 12.º anos) e Cursos Artísticos Especializados de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro (10.º, 11.º e 12.º anos)*. Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_c_ult_artes_10_11_12.pdf>.
- PORTUGAL. Ministério da Educação [s.d.] — *Documento de Apoio às Metas Curriculares de História, 3.º Ciclo do Ensino Básico*, p. 3. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/doc_de_apoio_mc_de_historia_final.pdf>.
- ____ (1991) — *Programa de História do 3.º Ciclo do Ensino Básico*, vol. II. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_2.pdf>.
- ____ (2013/2014) — *Metas curriculares de História – 3.º Ciclo do Ensino Básico*. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf>.
- RODRIGUES, Maria da Glória, coord. (2001) — *Programa de História C (10.º ano). Curso Tecnológico de Ação Social*. Ministério da Educação, Departamento de Ensino Secundário. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_c_10.pdf>.
- ____ (2002) — *Programa de História C (11.º ano). Curso Tecnológico de Ação Social*. Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_c_11.pdf>.

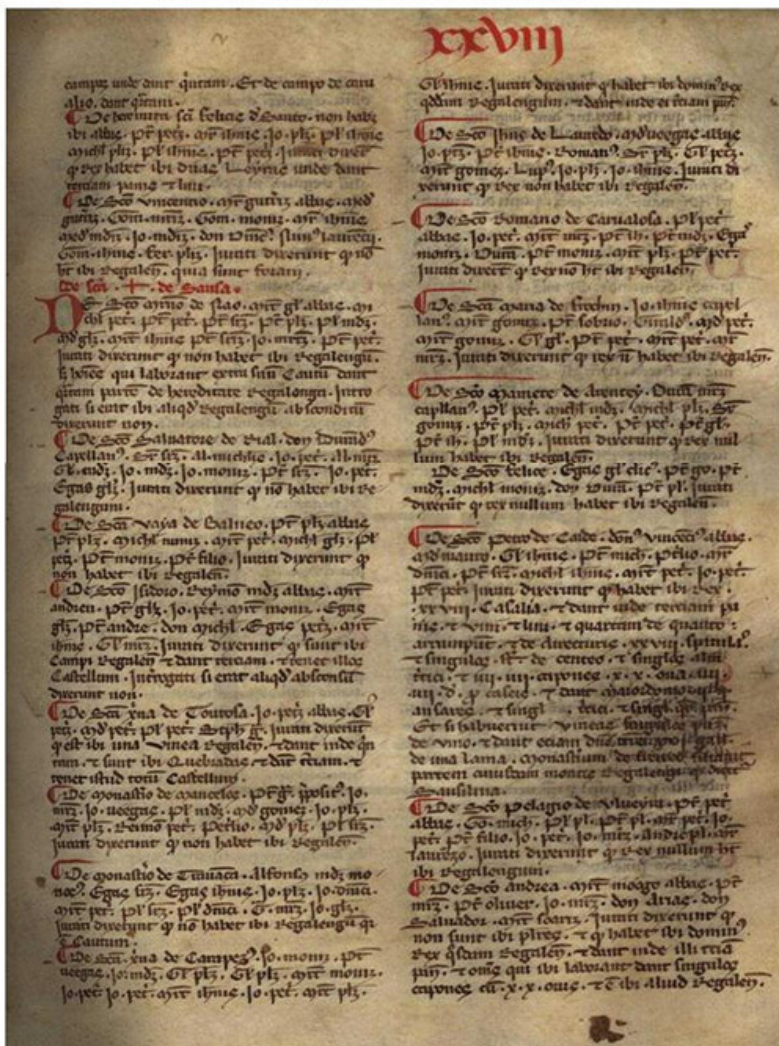
ANEXOS

Ficha de Trabalho Sobre as Inquirições Gerais (frente)

	<p>FICHA DE TRABALHO</p>	<p>Data: março de 2017 Turma: 10.º Disciplina: História A</p>
---	--------------------------	---

MECANISMOS DE REFORÇO DO PODER RÉGIO

Inquirições Gerais de 1220 (reinado de D. Afonso II)



Ficha de Trabalho Sobre as Inquirições Gerais (verso)



FICHA DE TRABALHO

Data: março de 2017
Turma: 10.º
Disciplina: História A

1. Indique o objetivo do documento.

2. Contextualize o seu surgimento.

3. Identifique, com base numa análise cuidadosa, o nome de quatro freguesias presentes no documento.

4. Reflita sobre a importância de reconhecer o nome das freguesias da sua região num documento histórico do século XIII.

Ficha de Trabalho: Carta de Sensibilização para a Salvaguarda do Património do 7.º Ano (frente)



FICHA DE TRABALHO

Data: junho de 2017

Turma: 7.º

Disciplina: História

O PATRIMÓNIO DA TUA REGIÃO

1. Observa a seguinte imagem.



Prepara-te!
Temos uma
missão para ti!



Mosteiro de S. Salvador de Travanca (Amarante)



Imagina que numa visita ao Mosteiro de Travanca te deparas com o António, um menino rebelde que o está a destruir ou danificar!

Escreve uma pequena carta ao António onde expressas a tua opinião sobre a sua atitude, destacando alguns conselhos que lhe podes dar sobre a preservação do Património! Mãos à obra!

